



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

ATA N.º 5/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas nove horas e quarenta minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.-----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2015.-----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de Aprovação de Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Borba.-----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2016.-----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2016.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2016.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2016.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo de Ensino Básico de Borba- Ano Letivo 2015/2016.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção do Compromisso Plurianuais – Prestação de Serviços de Postais a Crédito.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre 2015 - Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo).

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Apreciação do Relatório Financeiro do 1º Semestre de 2015, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), (Título Informativo).

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Luís Miguel Generoso Baltazar; Celso Miguel Lopes Ramalho; Augusto Manuel Bilro Guégués; Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Françoise de Cortes Emery; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

Verificou-se a ausência dos membros: Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como documento nº.1) e foi substituído pelo senhor Celso Miguel Lopes Ramalho; Joaquim Manuel Ganito Trincadeiras, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como documento n.º2) e foi substituído pelo senhor Luis Miguel Generoso Baltazar; Pedro Miguel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como documento nº. 3) e foi substituído pela senhora Françoise de Cortes Emery; João Miguel Cordeiro Geadas Letras, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

pasta anexa como **documento n.º4**) e foi substituído pela senhora Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho.-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

----- **A senhora Hélia Pereira Pancadista** referiu ter a sua intervenção, por finalidade alertar para o facto de ser insuficiente o número de contentores para o lixo existentes na zona da Alcaraviça, e passou a explicar que, no passado dia doze de setembro (sábado), na sequência de ter ido fazer limpeza a um Monte, localizado na Alcaraviça, quando por volta das sete e meia da manhã foi colocar o lixo nos contentores, se deparou com os mesmos completamente cheios. Acrescentou ter escrito ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, que segundo disse, "(...) amavelmente (...) respondeu (...)". Frisou o facto de pagar a taxa de resíduos, como todos os munícipes, e nessa sequência agradecer que a situação descrita fosse analisada e corrigida.-----

----- **O senhor Carlos Figueira** disse estar a sua intervenção relacionada com os espaços verdes da zona envolvente da Urbanização Horta do Picadeiro, onde apareciam frequentemente toda a espécie de "bichos" que circulavam frequentemente junto e dentro do perímetro habitacional.-----

----- Seguidamente perguntou " (...) o que é que está previsto fazer, naquelas zonas envolventes, nomeadamente nos Espaços Verdes; Quanto tempo é que isso vai demorar? Porque é que ainda não foi feito! (...) Gostava que me informassem sobre esse assunto". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e confirmou a situação descrita pela senhora **Hélia Pereira Pancadista**, relativamente à falta de contentores para o lixo. Explicou, existir um problema com a GESAMB, o qual tinha originado em parte a situação descrita. Disse, o vereador responsável pelo pelouro já evidenciou esforços no sentido de resolver o assunto. -

----- Seguidamente respondeu ao senhor **Carlos Figueira**, que por muito que cortassem a ramagem existente naquela zona, era difícil acabar com os bichos aí existentes. Acrescentou, vamos estudar qual a melhor solução a aplicar de imediato, e que permita resolver o assunto. No seguimento, reforçou a ideia de ser difícil resolver a situação no imediato, mas que iriam tratar da situação apresentada dentro das possibilidades existentes. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou bom dia a todos os presentes e respondeu ao senhor **Carlos Figueira** o seguinte: " (...) a nível de ratas e baratas, já foi feita uma intervenção no sentido de eliminar esses bichos, e segundo informação recebida, o problema ficou resolvido, pelo menos temporariamente (...)". Acrescentou ter a Câmara Municipal de Borba um contrato assinado com uma empresa do ramo da desratização e que na próxima semana iria ser solicitado à mesma, mais uma intervenção nos potes, para eliminação ou diminuição do problema. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** cumprimentou todos os presentes e pediu um esclarecimento sobre a questão levantada pela senhora Hélia Pancadista. Perguntou, se o que falavam era contentores para o lixo ou ecopontos. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

il

----- **A Senhora Hélia Pancadista** respondeu que eram contentores para o lixo. -----

----- **O Membro Ângelo de Sá** disse que deveria existir alguma confusão, porque a recolha do lixo em baixa era da responsabilidade da Câmara Municipal e não da GESAMB. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ser a GESAMB responsável pelos ecopontos. Tendo seguidamente explicado que durante duas semanas um dos camiões que faz a recolha do lixo tinha estado avariado um camião. Acrescentou estar esse problema praticamente resolvido. Disse " (...) Agradeço aos munícipes, que quando surjam situações destas, informem a Câmara, para que tudo seja resolvido atempadamente (...) " e passou a palavra ao vereador Joaquim Espanhol. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** esclareceu " (...) a recolha do lixo na Orada e na Alcaraviça, é feita duas vezes por semana (terça- feira e quinta-feira), como tem um dos camiões tem estado avariado, a situação complicou-se, apesar da recolha do lixo ter sido assegurada. Continuou, além desta situação, existe uma outra, em que as pessoas por vezes colocam nos contentores do lixo doméstico, lixo indevido (verdes), o que agrava o problema, pois enchem rapidamente os contentores. Frisou ter muitas vezes presenciado "in loco", situações daquelas. -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- **O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou bom dia a todos os presentes, e informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- **Ofício da Câmara Municipal de Borba** resposta à solicitação de um pedido de documentação por parte da Assembleia Municipal de Borba referente a difusão de publicidade sonora e colocação de pendões publicitários alusivos à publicação de evento denominado "Festival Taurino" levado a efeito pela Rádio Campanário, em catorze de Março do corrente ano. -----
- **Ofício do Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, em resposta ao envio da Moção " Relação Contratual entre o Município de Borba e as Águas do Centro Alentejo". ---**
- **Ofício da Comissão de Acesso aos documentos Administrativos**, o qual reporta a uma queixa apresentada pelos eleitos do P.S. de Borba, contra o presidente da Assembleia Municipal de Borba. -----
- **Um email, do senhor Pierre Emery** com uma sugestão, de redução de custos de eletricidade para o município. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

- **Ofício do senhor Luis Godinho**, com um agradecimento ao voto de louvor enviado pela Assembleia Municipal de Borba.-----

Este ofício foi lido perante a Assembleia Municipal, conforme desejo expresso do senhor Luis Godinho.-----

- **Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Borba** a solicitar revisão da tarifa do serviço de abastecimento de água.-----
- **Ofício da Direção Geral das Finanças** a informar, que o processo relativo aos documentos enviados (Tomadas de Posição, Protesto, Recomendação, entregues pelos eleitos do PS, na Sessão da Assembleia de 27-04-2015) será arquivado, porque segundo excerto da carta recebida da IGF " (...) estes têm um caráter vago e genérico, não sendo especificadas quaisquer ilegalidades concretas". -----
- A IGF informou ainda que, " (...) em matéria de prestação de informação, pelo Presidente da Câmara Municipal, a entidade competente para a respetiva apreciação ser a CADA, a quem tal protesto foi, de resto, remetido".-----
- **Ofício da Presidente da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de Borba**, a informar da falta dos elementos nomeados pela Assembleia Municipal nas reuniões da Comissão. ---

Relativamente ao Expediente Expedido, há a assinalar o seguinte:-----

Email às diversas entidades, com o do Voto de Louvor aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de Borba em 30-06-2015. -----

- **Email às diversas Associações** com a Tomada de Posição (PROVERE), aprovada na Sessão da Assembleia Municipal de Borba em 30-06-2015. -----
- **Ofício Câmara Municipal de Borba**-----

Pedido de documentação, solicitada pelo partido Socialista, referente:-----

- *Cópia dos contratos de prestação de serviços relativos ao Engenheiro João Carlos Giga e ao Arquiteto Manuel da Fonseca;*-----
- *Cópia das guias de receita relativas à utilização de instalação do Município pelos Eleitos do MuB, relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015 (até junho);*-----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

- *Toda a correspondência recebida e expedida dos concessionários das lojas do mercado Municipal desde janeiro de 2002 a setembro de 2013;* -----
- *Cópia dos contratos dos concessionários das lojas do Mercado Municipal;* -----
- *Cópia dos regulamentos (Lojas do Mercado Municipal) que vigoraram entre janeiro de 2002 e junho de 2013;*-----
- **Ofício Câmara Municipal de Borba**-----
 - Informação sobre a queixa enviada à CADA – Comissão de Acesso aos documentos administrativos, pelos eleitos do Partido Socialista – seção de Borba.-----
- **Ofício Eleitos do Partido Socialista – Seção de Borba**-----
 - Resposta ao pedido de documentação “ **Medidas Tomadas para fazer cumprir o Regulamento de Publicidade – Rádio Campanário**”. -----
- **Ofício à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos**-----
 - Resposta ao ofício enviado pela CADA, relativamente à queixa apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, contra o presidente da Assembleia Municipal de Borba, pela falta de envio da documentação solicitada.-----

----- O membro **Augusto Guégues** pediu que fosse facultado cópia do expediente entrado com as respetivas respostas.-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia

----- O Membro **Celso Ramalho** apelou ao bom senso do senhor presidente da Assembleia Municipal, para a marcação dos dias das sessões da Assembleia Municipal. Explicando de seguida, o constrangimento provocado a alguns membros da Assembleia, nomeadamente aos membros do Partido Socialista, o facto de não existir um dia específico para a marcação das sessões da Assembleia Municipal. -----

----- O presidente da **Assembleia Municipal** explicou que aquela assembleia tinha sido marcada para aquele dia e hora, devido à comemoração do décimo aniversário do edifício da Junta de Freguesia de São Bartolomeu. Disse “(...) Achei por bem estar presente nessa comemoração, (...) daí a realização desta assembleia ser no dia de hoje, (...) e não em sexta-feira à noite fora do horário de trabalho, como habitualmente são feitas as assembleias”. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- **O membro Paulo Ferreira** cumprimentou todos os presentes e pediu que lhe fizessem chegar as respostas dos ofícios que dissessem respeito à Assembleia Municipal-----

----- Dirigindo-se ao executivo disse ter conhecimento que os elementos que se encontravam a trabalhar no campo de futebol tinham terminado o contrato de trabalho, perguntando por esse facto " (...) se estão asseguradas as condições para que se continue a trabalhar lá e a usufruir do desporto sem qualquer constrangimento, e se essa parte está resolvida (...) a breve prazo". -----

----- **O membro Pedro Bilro** cumprimentou todos os presentes e questionou o executivo da câmara de Borba, "(...) no âmbito da condenação do anterior presidente da câmara, pelo Tribunal de Contas, em responsabilidade reintegro oriá, em que (...) o Acórdão já terá transitado em julgado (...). ----- Reiterou " (...) se está acompanhar este processo e quais as diligências que já encetou para reaver a quantia (...) que o anterior presidente foi condenado. Segundo as contas que fiz, (...) com juros de mora (...) irá à volta noventa mil euros. O acórdão é público, (...) deveria ser analisado quer pelo executivo, quer pelos colegas da assembleia, porque face ao que lá vem, não admira que hoje estejamos aqui a votar as taxas de imposto todas no máximo". -----

----- **O membro João Pedro** cumprimentou todos os presentes e disse " (...) senhor presidente a bancada da CDU também gostava de ter cópia das respostas enviadas à Assembleia Municipal, relativamente àquilo que foi solicitado pela bancada do Partido Socialista". -----

- Continuou "A segunda questão é para clarificar o dia da marcação da assembleia, pelo que percebi o dia é sexta-feira, excecionalmente pode acontecer em outros dias, é isso?" -----

----- **O membro Luis Baltazar** cumprimentou todos os presentes e disse " (...) em resposta à situação trazida aqui pelo membro do MuB, relativamente ao Acórdão do Tribunal de Contas. Como todos nós sabemos o Tribunal de Contas emite "N" acórdãos. Por exemplo, a câmara municipal de Gaia, (...), na gestão anterior do PSD, o Luis Filipe Menezes e o Marco António Costa foram considerados tóxicos, e tudo mais, na sua gestão, (...) nos doze anos que estiveram à frente do executivo. Foi uma gestão financeira completamente ruínosa com solapes à mistura, engenharia de todo o tipo (...). Penso que não cabe a esta Assembleia fazer julgamentos e muito menos vir para aqui, julgar aquilo que foi uma gestão, que foi julgada nas urnas. Entendo que isto é uma referência do mais ignóbil e despudorada que já vi aqui nesta casa". -----

----- **O membro Pedro Bilro** respondeu ao membro Luis Baltazar "(...) isto aqui não é nenhum julgamento, o julgamento foi feito pelo Tribunal de Contas. Eu como cidadão e como pessoa que paga os seus impostos, e como todos os cidadãos aqui de Borba que têm de pagar os impostos todos no máximo (...), esta Assembleia, o que serve é para aprovar as taxas de impostos, todas no máximo, devido à gestão que foi feita anteriormente. (...), eu quero apenas é saber o que é que a Câmara está a fazer em relação a este acórdão que já transitou em julgado, logo é passível de execução. Se a Câmara esta a encetar diligências para receber essa quantia ou não, que lhe é devida, porque o julgamento está feito, não cabe a esta Assembleia fazê-lo, porque já foi feito pelos



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

il

juízes do Tribunal de Contas (...). -----

----- O membro **Luís Baltazar** disse ao membro **Pedro Bilro** " o acórdão não transitou em julgado, isso é pura e simplesmente falso, o acórdão não transitou em julgado". -----

----- O membro **Pedro Bilro** respondeu " (...) não é falso, a não ser que o próprio tribunal esteja a dar uma informação falsa às pessoas, o que eu não acredito. Basta consultar o site do tribunal de contas (...), e a informação que lá consta é que transitou em julgado (...). -----

----- O membro **Luis Baltazar** disse " (...) a questão não se prende aqui com a informação, apenas com o transito em julgado (...). -----

----- O presidente da Assembleia Municipal referiu que aquele assunto era importante, mas não era para ser debatido ali. -----

----- O membro **Pedro Bilro** disse que gostaria de ter uma resposta da parte do executivo, relativamente àquele assunto. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** cumprimentou todos os presentes e disse " (...) dado que a pessoa visada aqui parece que sou eu, quero dizer o seguinte (...) parece-me que estes assuntos são pessoais, que nada têm que ver com o interesse da autarquia aqui (...). As decisões que foram tomadas pelo anterior executivo, foram tomadas com base em três pareceres jurídicos e uma informação no site da DGAL, em que dizia claramente, que era legal aquilo que se fez. Na sequência de uma inspeção que se fez à Câmara de Borba, relativamente ao PAEL, em que estava tudo bem. Passado uma semana, a senhora inspetora, voltou à Câmara de Borba, por causa de uma carta anónima, em que dizia que uma pessoa que estava a trabalhar na Câmara estava a trabalhar ilegalmente. (...) o processo andou, foram apresentados os mais variados argumentos, e esse relatório foi enviado para o tribunal de contas. No Tribunal de Contas houve um julgamento e fomos absolvidos. Entretanto o delegado do Ministério Público recorreu e fomos condenados, e agora foi pedida a nulidade do acórdão". -----

----- Realçou " (...) o que é lamentável, é que a conversa que é feita hoje aqui, é feita de uma outra forma e distorcida lá fora, isso é que é muito grave (...). -----

----- O membro **Pedro Bilro** referiu que " (...) mesmo que se tenha pedido a nulidade do acórdão, em que o anterior presidente foi condenado, esse pedido de nulidade não tem efeitos suspensivos do acórdão, ou seja, o acórdão que está aqui do Tribunal de Contas pode ser executado na mesma, não tem efeito suspensivo (...) ". Realçou, (...) a Câmara deve estar atenta a esta situação, nomeadamente através da jurista, porque não tem efeito suspensivo". -----

----- O membro **Paulo Ferreira** disse ter o membro, **Pedro Bilro**, efetuado uma pergunta ao executivo, e quem tinha respondido foi o membro **Luis Baltazar**.-----

Adiantou que umas ilegalidades, mesmo quando elas existam, não tapam outras, e para isso serviam os tribunais. Frisou que cada assunto será julgado no seu devido sítio. -----

----- Acrescentou " (...) devemos falar nas pessoas, quando elas se podem defender. (...) Penso



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

que foi uma intervenção algo descabida, não foi uma justificação, foi apenas querer ir buscar (...) um partido para dizer que houve uma ilegalidade, se é que houve, para tapar esta, se é que existiu! (...) Que fique claro!". -----

----- **O membro Luis Baltazar** disse ao membro Paulo Ferreira " (...) essa referência foi apenas feita, para ilustrar a forma como o Tribunal de Contas emite muitos acórdãos, e esses acórdãos não transitam em julgado, (...) foi apenas um exemplo como houve muitos no país". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** chamou a atenção para o tempo que estava a ser utilizado na discussão daquele assunto. Acrescentou " (...) nós não estamos aqui para discutir atitudes, ou eventuais situações jurídicas. Nós estamos aqui (...) para defender os interesses desta população (...)". -----

----- **O membro Françoise Emery** cumprimentou todos os presentes e perguntou se o executivo não ia responder ao membro Pedro Bilro. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou o membro Françoise Emery, que quando terminassem aquele debate, o executivo responderia à questão do membro Pedro Bilro. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Paulo Ferreira que a situação do campo de futebol estava resolvida, já tinham sido substituídas as pessoas que tinham terminado contrato. -----

----- Disse ao membro Pedro Bilro, que a Câmara era uma parte interessada no processo, não uma parte interveniente no processo. " Enquanto o processo estiver em curso a câmara não tem conhecimento do que se está a passar, sabe tanto como todas as pessoas aqui presentes". Acrescentou " quando houver uma decisão, a câmara como parte interessada no processo receberá essa resposta, e é o que me oferece dizer (...) À justiça o que é da justiça, à gestão da Câmara o que é da gestão da Câmara". Informou que logo que " se tenha uma resposta do tribunal, os membros aqui presentes nesta assembleia, irão ter essa resposta, ou seja, será entregue a cada vereador das diferentes forças políticas com assento nesta assembleia a resposta, e estes por sua vez, informarão os membros do seu partido político (...) Neste momento a Câmara Municipal não sabe nada desse processo. (...) o Tribunal de Contas terá de informar o órgão Câmara do ponto de situação (...)". -----

----- **O membro Pedro Bilro** disse manter a sua recomendação, para que " (...) a jurista acompanhe este processo, porque isto já transitou em julgado e já será exequível. Creio que é um assunto para a jurista averiguar o mais rápido possível (...)". -----

----- **O membro Augusto Guégués** disse que relativamente às obras realizadas na igreja de Nossa Senhora da Vitória tinha a perguntar ao executivo " (...) se tinha havido algum técnico responsável pela execução do projeto? Qual foi o orçamento? Se aquela obra tem folha de obra? Qual é o coproprietário da obra, onde foram realizados os trabalhos?". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse pretender ser esclarecido sobre duas coisas, " (...) Temos sido abordados por várias pessoas (...) sobre o horário que está a ser praticado neste momento pelos



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

il

trabalhadores da Câmara Municipal de Borba, o que é que se passa? (...) Outro assunto que tem levantado alguma polémica, e sobre o qual temos sido abordados, tem que ver com o abaixo-assinado, que terá sido apresentado por trabalhadores da Câmara de Borba, relativamente a uma hipotética demissão do STAL, (...) saber efetivamente o que é que se passa. O que é dito é que isto teve que ver com a subida de um trabalhador da Câmara de Borba a técnico (...)".

----- Seguidamente apresentou e leu uma Saudação/Proposta que se transcreve e se (arquiva em pasta anexa como o documento nº. 5).

- Saudação /Proposta

A mudança de regime político com o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro e a implantação da Democracia trouxe mudanças significativas no país e permitiu a implantação do poder local democrático.

As autarquias mais próximas dos cidadãos são as Juntas de Freguesia e são aquelas que, por vezes, menos reconhecimento têm.

Os eleitos do PS saúdam todas as Juntas de Freguesia do concelho e particularmente a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu que no dia vinte e cinco de setembro comemorou o décimo aniversário das novas instalações. Nunca é demais recordar que estas instalações estavam prometidas há muitos anos e foi o executivo PS que há dez anos permitiu que a Junta de Freguesia de Bartolomeu usufrísse dessas mesmas instalações.

Nunca é demais recordar que também foi o executivo PS que lutou para que esta Junta de Freguesia não fosse extinta, contra a vontade de outras forças políticas e chegando mesmo a haver alguma resistência interna de alguns eleitos do PS. É neste momento o PS que se disponibiliza para contribuir para que esta Junta de Freguesia se torne mais sustentável, evitando a situação de dependência permanente do Município. Neste sentido, pretendemos apresentar uma proposta de redimensionamento da área da Junta de Freguesia de São Bartolomeu solicitando o apoio do gabinete técnico do Município. Este processo deverá ser apresentado na próxima legislatura após tomada de posse do novo governo e pretende envolver numa fase inicial os eleitos dos executivos das Juntas de Freguesia de Matriz e São Bartolomeu, caso se mostrem disponíveis para tal.

Esta saudação/proposta deve ser enviado para:

- Executivo de todas as Juntas de Freguesia do concelho.

- Presidente das Assembleias de Freguesia de todas as Juntas de Freguesia do concelho.

- Órgãos de Comunicação Social.

- Os eleitos do PS.

----- O membro **Celso Ramalho** apresentou e leu um Protesto, que de seguida se transcreve e (se arquiva em pasta anexa como documento nº.6).

- Protesto

Os eleitos do Partido Socialista vêm apresentar o mais veemente protesto pelo facto de continuarem



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

a solicitar vários elementos ao executivo municipal através da mesa da Assembleia Municipal sem obterem qualquer resposta. -----

Este protesto deve ser enviado para: -----

- Primeiro-ministro -----
- Presidente da CCDRA -----
- Direção Geral das Autarquias Locais -----
- Inspeção Geral das Finanças -----
- Associação Nacional Municípios Portugueses -----
- Órgãos de Comunicação Social -----
- Os eleitos do Partido Socialista -----

----- O membro **Paulo Ferreira** disse confirmar o que o membro **Ângelo de Sá** tinha dito relativamente ao facto de ter sido o executivo do PS a fazer o edifício da Junta de São Bartolomeu, "(...) enquanto o executivo CDU sempre estagnou, e inclusivamente, o chegou a colocar num local impróprio a funcionar como Junta (...)". -----

----- Acrescentou " (...) fizemos um trabalho extenso (...) sobre o aumento das Juntas de Freguesias e esse trabalho só não foi avante, porque a Junta de Freguesia da Matriz na altura, (...) não deu o seguimento necessário. Que o PS venha apresentar para o próximo mandato o (...) dimensionamento, fica-lhe bem, mas não se esqueçam que chumbaram o anterior". -----

----- O presidente da **Câmara Municipal** relativamente à obra da igreja de Nossa Senhora da Vitória respondeu ao membro **Augusto Guégués** " (...) a obra foi feita com a autorização da Paróquia de Santiago Rio de Moinhos, que é a proprietária do terreno, relativamente à execução da obra foi feita por uma empresa por ajuste direto, fornecendo a Câmara os materiais. Houve um técnico da Câmara, responsável pelo projeto, técnicos de segurança e fiscal de obras, ou seja, em termos legais, está tudo dito". Explicou que naquela obra também existiu um trabalho em parceria entre a Câmara Municipal de Borba, Paróquias de Rio de Moinhos e a Comissão de festas do Barro Branco. -

----- Informou que tinham recebido um ofício da DRCAleantejo- Direção Regional do Alentejo, sobre uma denúncia efetuada a esse serviço sobre a obra realizada junto à igreja da Senhora de Vitória. Adiantou estar a ser preparada uma resposta a ser enviada aos serviços da DRCAleantejo sobre esse ofício. -----

----- Relativamente ao assunto da questão do horário, disse "(...) por motivo de força maior, fomos obrigados a fazer quarenta horas de trabalho semanal. (...) Entretanto para não prejudicar tanto as pessoas, optou-se por fazer horário contínuo (...)". Adiantou ter reunido com todos os trabalhadores para lhe dar conhecimento da situação que se estava a passar, e ter-lhe sido dada a oportunidade de ver esclarecidas as suas dúvidas. -----

----- Relativamente à intervenção do membro **Paulo Ferreira**, disse estar o teor da sua intervenção correta. Realçou, o facto de no momento ter sido feito um trabalho extremamente bem feito. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- Acrescentou, na altura foi pensado juntar a parte oeste da vila numa só freguesia, de modo a ficarem duas freguesias bem dimensionadas. Explicou ter estado a não concretização desse projeto, relacionada com vários fatores, entre eles a mudança de governo.-----

----- Continuou dizendo que na sua opinião o redimensionamento das freguesias deverá existir, mas terá de ser feito de uma forma muito equilibrada. Realçou ter sido o projeto feito e bem desenvolvido entre as duas assembleias de freguesia envolvidas (São Bartolomeu e Matriz). -----

----- O vereador Joaquim Espanhol sobre a execução do processo da obra da Igreja de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco, esclareceu "(...) pedimos orçamento a cinco empresas do concelho, só para mão-de-obra, das quais responderam três. A empresa a quem foi adjudicado o serviço apresentou o valor de três mil e novecentos euros (3.900,00€). Materiais e máquina da câmara, para abrir o ramal de esgoto, onze mil novecentos e setenta e nove e três cêntimos (11.979,03€), total da obra quinze mil oitocentos e setenta e nove euros (15.879,00€)". -----

----- O membro Ângelo de Sá disse " Só para ver se eu percebo (...) " -----

----- O presidente da Câmara Municipal interrompeu e disse " (...) nós temos uma pessoa licenciada em Turismo aqui na câmara, e aderimos ao PEPAL, esse PEPAL têm um candidato para turismo que necessita de um tutor nessa área, ou seja licenciado em turismo. Tendo a Câmara de Borba uma pessoa licenciada nessa área, não vi inconveniente nenhum, por proposta do Vereador Serra que essa pessoa fosse o João Pedro, que em termos de mobilidade passasse a ser técnico superior, em termos temporários". Adiantou " (...) podem perguntar porquê ele e não outro, uma vez que existem cá mais licenciados (...), vamos tentar ser justos no próximo ano com os outros, (...) tentar equilibrar as coisas para que possamos resolver outras situações". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal alertou o plenário que se estava a atingir o período de tempo destinado para aquele ponto, sessenta minutos. -----

----- O membro Ângelo de Sá continuou " (...) o horário de trinta e cinco horas, passou para quarenta horas. Fazendo horário contínuo significa que os trabalhadores têm apenas meia hora para o almoço, certo (...)". "Relativamente à subida do Técnico Superior, (...) o que me é dito é que não é temporal, é definitivo. Esta informação foi apenas levantada porque as informações que havia dentro desta casa, (...) é que o quadro de pessoal não comportava a subida dos quatro técnicos superiores, aqui existentes. (...) É com estranheza que vejo a subida de um técnico e não dos quatro técnicos existentes". -----

----- O presidente da Câmara Municipal reforçou a ideia de pretender no próximo ano e nos anos a seguir de uma forma equilibrada, em termos de organização do quadro orgânico da Câmara, regularizar as situações daquelas pessoas, que tinham estudado na condição de trabalhadores estudantes e tinham atingido habilitações académicas equiparadas às de técnicos superiores pudessem beneficiar desse facto. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- **O vereador Joaquim Serra** cumprimentou todos os presentes e explicou ter o caso em discussão origem numa proposta por si apresentada. Disse " Existe uma figura, que é a figura da mobilidade intercarreiras, que se pode aplicar a funcionários, que tendo habilitação para estar numa carreira superior e que desempenha essas funções, possa vir temporariamente a desempenhar essas funções. O Turismo é apontado no nosso município, há vários anos como uma das linhas estratégicas de desenvolvimento. (...) tendo sido aberto um novo Posto de Turismo e estando-se a trabalhar num Plano de desenvolvimento Turístico, é importante que o Turismo tenha à sua frente um técnico superior que vá dirigindo esses trabalhos. Existindo na câmara um técnico com essa licenciatura, com essas competências, (...) em vez de se abrir um concurso externo, optamos por utilizar a figura da mobilidade intercarreiras que a lei prevê. É evidente, que existem outros assistentes técnicos na câmara a desempenhar funções de assistentes técnicos e que também são licenciados. Esses terão certamente a sua oportunidade, mas para desempenhar funções de técnicos superiores, ou seja, não podemos ver esta situação como uma situação de promoção, tem de ser também acompanhada de novas competências para essas pessoas. Se as pessoas passam de assistente técnico para técnico superior, então os seus conteúdos funcionais, aquilo que eles desempenham, também deve ser de acordo com os conteúdos funcionais de técnico superior. (...) não nos parece uma boa medida de gestão, termos técnicos superiores a desempenhar funções de assistentes técnicos". -----

----- Adiantou que conjuntamente com os outros técnicos superiores e a chefia do município iriam tentar encontrar funções de técnico superior, que esses técnicos possam vir a desenvolver, no âmbito das suas competências, de modo a lhe poder ser igualmente aplicada a figura da mobilidade. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** leu em voz alta o artigo 37º. do Regimento da Assembleia Municipal, no qual está explícito que o período de antes da ordem do dia é de sessenta minutos, e acrescentou ter sido aquele regimento aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente cedeu a palavra ao membro Ângelo de Sá. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse desconhecer o trabalho efetuado pelas Assembleias de Freguesia, relativamente à dimensão das Juntas de Freguesia. Referiu que nunca lhe tinha chegado uma proposta à mão, porque se tal tivesse acontecido, teriam sido desenvolvidos esforços nesse sentido. Frisou " (...) todos nós sabemos que a Junta de Freguesia de São Bartolomeu depende exclusivamente da Câmara Municipal de Borba(...). Acrescentou "(...) por isso, o PS se disponibiliza para apresentar essa proposta de redimensionamento, independentemente de ganhar quem ganhar (...)". -----

----- **O membro Augusto Guégués** perguntou ao executivo se a obra realizada no Parque Infantil de Rio de Moinhos, consta do Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** cumprimentou todos os presentes e dirigindo-se ao senhor



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

presidente e ao senhor vereador Serra perguntou "(...) se tinham de cabeça, a formação dos restantes técnicos superiores de que tinham falado?". -----

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro Augusto Guégués, ter pedido informação sobre a possibilidade de se efetuar a intervenção no Parque Infantil de Rio Moinhos, sem a existência de um protocolo assinado, à qual, segundo disse, lhe foi respondido jurídica e tecnicamente que aquela intervenção poderia ser efetuada. -----

----- Informou o membro Maria Gabriela Coelho, que as áreas de formação dos outros técnicos superiores era Contabilidade e Auditoria. Acrescentou que enquanto estiver na Câmara, a atitude será igual para todos os funcionários, não haverá exceção. "Quando foi promovido o técnico superior, temporariamente, eu chamei todos os quatro e falei claramente com eles, sobre a situação". -----

----- O membro Maria Gabriela Coelho disse " (...) era importante que fosse pensada a situação em conjunto, e logo que possível fosse resolvida a situação dos outros técnicos superiores (...)". -----

----- O presidente da Câmara Municipal explicou o seguinte " (...) temos pessoas na Câmara que exercem funções, que se calhar são funções de coordenadores técnicos, e estão na qualidade de assistentes técnicos. Vamos ver com calma o que podemos fazer em termos de organização, para que seja aplicada a justiça". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou o membro Celso Ramalho, que existia uma troca de correspondência entre o Município e a CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, com a finalidade de solicitar um esclarecimento sobre a obrigatoriedade de fornecer toda a documentação solicitada pelos eleitos do PS nos vinte e seis pedidos de informação apresentados, em cerca de vinte meses. -----

----- Adiantou estarem a aguardar resposta da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, relativamente ao assunto exposto. -----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- O presidente da Câmara Municipal disse " (...) as atividades da Câmara entre junho e setembro foram as atividades normais de uma Câmara". Realçou o facto dos sacrifícios feitos, se encontrarem relacionados com o orçamento limitativo que a Câmara tem. O qual obriga, cada vez mais, a um maior controlo das coisas, e a uma gestão dos recursos financeiros cada vez mais apertada. -----

----- Seguidamente enunciou a redução efetuada na dívida da Câmara de Borba. " (...) no dia um de janeiro de dois mil e catorze, tinha esta Câmara em dívida 11.530.566€ (onze milhões, quinhentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e seis euros) no dia trinta de agosto de dois mil e quinze, tem em



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

dívida 9.410.739€ (nove milhões, quatrocentos e dez mil, setecentos, trinta e nove euros). Quer isto dizer que houve uma redução de 2.119.827€ (dois milhões, cento e dezanove mil, oitocentos e vinte sete euros). (...) Esta redução foi possível á custa do não investimento e do sacrifício dos munícipes do concelho de Borba". -----

----- Seguidamente enunciou algum do investimento feito neste espaço de tempo: " (...) obra na Avenida D. Dinis de Melo e Castro; Parque Infantil do Barro Branco; Parque Infantil de Rio de Moinhos; Instalações Sanitárias no Barro Branco – igreja Nossa Senhora da Vitória; todas a Juntas de Freguesia tiveram o apoio pedido (...) ". -----

----- Informou terem as coisas corrido, como programado em dezembro de dois mil e quinze. Acrescentou o município de Borba está, neste momento, abaixo do limite da dívida, o que quer dizer que o município passa a ter condições de pedir a uma entidade bancária, empréstimo para pagar a dívida do PAEL. E assim, ficar liberto de todas as condicionantes a que está sujeito por parte da DGAL. Realçou " (...) isto é o resultado de uma gestão de bom senso, de uma gestão apertada com os sacrifícios dos Borbenses, sem deixar de fazer aquilo que é fundamental para os borbenses e de qualquer das freguesias (...) ". -----

----- Frisou " (...) uma coisa que o povo vai saber, é que quem vier a seguir fica com uma casa organizada, arrumada, uma casa a saber até onde pode ir (...) ". -----

----- Seguidamente fez alusão ao elevado custo de manutenção do parque de máquinas do município. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** disse " (...) relativamente às atividades respeitantes aos meus pelouros, o documento contempla o que efetivamente se realizou de 23/06/2015 a 16/09/2015 (...) ". Seguidamente enunciou aquelas que considerava mais relevantes; -----

Freguesias de Borba – Edifícios; -----

Pintura de alçado do edifício da sede da sociedade " A Recreativa", protocolado em reunião de câmara; -----

- Pintura do alçado do Edifício dos Paços do Município nas partes laterais (Av.ª 25 de abril e parque de estacionamento); -----

- Arranjos exteriores -----

- Início dos trabalhos do arranjo urbanístico junto ao P.T. na divisão dos loteamentos da Horta do Rossio. Escavações, construção de canteiros escadas e muros; -----

- Infraestruturas -----

- Desvio de conduta da rede de águas na Horta do Rossio; -----

- Desvio da conduta de água, devido à ocorrência de várias roturas e execução de novos ramais em lotes do bairro 1º de maio. A conduta encontrava-se implantada em logradouros particulares e passou para a via pública. Reposição de mosaicos de mármore em paredes e reposição de massas betuminosas em vala; -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

- Freguesia de Rio de Molinhos -----

- Edifícios -----

- *Novos sanitários junto à Ermida da N^a Senhora da Vitória: Execução de ramal de esgoto, escavação para execução de fossa séptica, fornecimento de materiais, execução de vãos de portas e pavimentação em lajetas de mármore na entrada das novas instalações;* -----

- Arranjos Exteriores -----

- *Recuperação do Parque Infantil de Rio de Moinhos.* -----

- Infraestruturas -----

- *Colocação de massas betuminosas em reparação de faixa viária de Rio de Moinhos em zonas de roturas e intervenção efetuada na Av. da estação;* -----

- Freguesia da Orada -----

- Infraestruturas -----

- *Transporte de brita e execução da vala drenante no cemitério de Orada;* -----

- *Transporte, colocação e aterro de manilhas em linha de água junto à ponte de Orada;* -----

- Diversos -----

- *Trabalhos inerentes às Festas de agosto em Borba, nomeadamente: limpezas, pinturas, eletrificações, colocação de pontos de água na zona de influência das mesmas e desmontagem das respetivas infraestruturas;* -----

- *Colocação de mesas e cadeiras no Pavilhão para almoço do evento da Festa da Malha em Borba promovida pelo Município de Borba em parceria com a CIMAC. Marcação de campos, regularização dos mesmos, colocação de vedações, mastros e bandeiras;* -----

----- O vereador Joaquim Serra referiu que as atividades dos seus pelouros estavam espelhadas no documento distribuído por todos os presentes, no entanto se houvesse necessidade de alguma explicação, ele encontrava-se ao dispor para o fazer. -----

----- O chefe de divisão António Passinhas cumprimentou todos os presentes e disse " (...) relativamente à situação financeira no final do mês de agosto (...), verifica-se que a execução orçamental, quer na receita, quer na despesa já é elevada (...), o que demonstra efetivamente a dificuldade que o orçamento da Câmara Municipal tem, em poder assumir novas despesas. Quando estamos a oito meses do ano, verificamos que as receitas totais, já totalizam sessenta e dois e meio por cento, se dividíssemos o ano por os doze meses, a execução mensal seria de 8,3%. O orçamento está feito à "pele", está limitado, o que traz muitas dificuldades na assunção de compromissos, cabimentos, requisições, daí que a execução seja muito elevada. Nas despesas verifica-se precisamente a mesma coisa. No que respeita a dívidas a terceiros de curto prazo, verifica-se uma tendência decrescente, desde o início do ano até agora, em curto prazo, diminuiu a câmara a dívida em cerca de cento e oitenta e poucos mil euros. No médio e longo, exatamente a mesma coisa, ou seja a fornecedores diminuiu-se a dívida em cerca de duzentos mil euros, e à banca cerca de

trezentos mil euros. No que respeita à dívida total, o limite que da dívida total que o município tem para cumprir este ano, está sensivelmente a quatrocentos mil euros, de conseguir estar dentro do limite imposto. Estes quatrocentos mil euros são perfeitamente exequíveis, (...), basta conseguirmos amortizar alguns empréstimos, para chegarmos ao final do ano, e estarmos dentro do limite da dívida total. Temos uma dívida de nove milhões e quatrocentos mil euros, e no final do ano temos de ter de dívida menos de nove milhões de dívida (...). -----

----- Realçou a importância da dívida no final do ano estar a abaixo do limite total da dívida, e explicou que se a Câmara Municipal de Borba estiver acima do limite total da dívida, e pedir um empréstimo a uma entidade bancária, o banco poderá "consignar" como garantia de pagamento desse empréstimo, "(...) as receitas que vêm de transferências de orçamento de estado. Ou seja, a todo o momento a tutela pode acionar esse mecanismo (...), logo a banca tem menos hipóteses de o poder fazer também, porque só se podem reter vinte por cento das transferências mensais (...)". -----

----- Salientou " (...) daí que o objetivo seja mesmo este, de ficar abaixo do limite total da dívida, para no caso de se pedir um empréstimo para colmatar por exemplo o PAEL, se consiga uma taxa de juro com o SPREAD associado mais baixo, que se demonstre à Tutela, ao Tribunal de Contas, DGAL e ao Orçamento, que a substituição de um empréstimo por outro, vai gerar uma diminuição de encargos futuros, de tal forma que a substituição da dívida tenha visto favorável (...)". -----

----- O membro **Augusto Guégués** disse " (...) afinal o que foi dito em campanha eleitoral relativamente à dívida da Câmara de Borba, que era insustentável, ruínoza, que o PS tinha colocado a Câmara Municipal de Borba numa situação desastrosa, que a dívida atingia os vinte milhões de euros, não era correto, (...) porque afinal, bastaram dois anos para conseguirmos efetivamente colocar a dívida da Câmara nos limites (...) ". -----

----- Relativamente ao PAEL, disse " (...) na altura em que aderimos ao PAEL, os juros praticados pelos bancos em geral eram o dobro do valor dos juros exigidos pelo PAEL (...)". -----

----- Acrescentou " (...) o Partido Socialista vê com muito agrado os gestos de quererem arrumar o PAEL (...). Continuando afirmou estar toda essa situação a ser suportada pelo esforço dos munícipes, realçando como exemplo a taxa do IMI. Frisou que se a dívida da Câmara estava praticamente abaixo dos limites, porque não fazer um esforço, para que o IMI baixasse. Terminou a sua intervenção lançando o seguinte apelo "(...) o IMI tem de baixar! (...) Tem de baixar! (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse " (...) percebi agora porque se diz por aí, temos dinheiro, mas não temos orçamento (...) que o PAEL não deixa (...)". Continuou "(...) que esse esforço como é dito pelo Sr. Chefe de Divisão na página sete do Relatório Financeiro, e passo a citar « (...) de salientar que de dois mil e nove a dois mil e catorze, verificou-se uma diminuição da dívida na ordem de quatro milhões de euros(...)»". Acrescentou, "(...) portanto a tendência no "último mandato do partido socialista foi exatamente esta que está acontecer agora (...)". -----

----- Seguidamente pediu ao senhor Presidente que o esclarecesse sobre o que se tinha tratado na



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

reunião da CIMAC, em relação aos projetos do Portugal 2020, nomeadamente sobre a informação que constava no documento entregue e passou a ler "(...) «informou que entregaram alguns projetos, tais como: requalificação e apetrechamento da Oficina da Criança, Centros Comunitários nas freguesias de Rio de Moinhos e Orada, otimização Energética nas Piscinas Municipais, (...)», e que foram quase todos aceites, no valor aproximadamente de um milhão de euros (...)". Questionou "(...) são obras novas? (...) o milhão de euros é para este quadro comunitário todo?(...)"-----

----- Ainda, em relação ao referido documento disse pretender esclarecimentos sobre a seguinte parte do texto que leu em voz alta: " (...) as estradas não há hipótese. Mas, há a possibilidade da estrada que faz a ligação entre Vila Viçosa (...)". -----

----- Continuou " (...) quanto à reunião com o Alto Comissariado para as Migrações para tratar de assuntos relacionados com as famílias de etnia cigana, pergunto: que tipo de assuntos?(...)" -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** salientou que relativamente ao Relatório Financeiro e em geral, se notava alguma consolidação financeira do município. Afirmando que o PSD tinha contribuído para isso, quando no ano dois mil e treze tinha votado favoravelmente ao PAEL. -----

----- Seguidamente questionou o senhor presidente e o executivo em geral, sobre a questão do Portugal 2020 e explicou " (...) Portugal 2020, talvez seja a última programação financeira comunitária no país. São seis anos em que vai ser fundamental recuperar os atrasos, prepararmo-nos para o futuro, desenvolver, investir. (...) as condicionantes são muitas, e as dificuldades também são muitas (...), mas não nos podemos abster de preparar o futuro, (...) descartar na dívida, para deixar de fazer aquilo que é fundamental para este concelho". -----

----- De seguida explicou ter efetuado um exercício que tinha feito, relativamente ao milhão de euros que tinha sido estimado investir no concelho de Borba que passou a exemplificar, um milhão de euros em seis anos, período de vigência do Programa 2020, equivale a vinte e cinco mil de euros de investimento por ano, se dividirmos estes vinte e cinco mil euros pela população existente no concelho no ano de dois mil e catorze dados da PorData "sete mil cento e setenta e seis habitantes" ficamos com um investimento de 3,48€ (três euros, quarenta e oito cêntimos) por habitante /ano. Concluiu " (...) Não acredito que seja só isso que este município tenha para investir neste concelho por habitante (...)". -----

----- Perguntou ao senhor presidente " quais são os projetos que define como prioritários para o desenvolvimento deste concelho, porque de facto Borba não pode parar (...)". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse estarem na sua opinião os resultados do relatório financeiro em termos de execução da despesa e da receita equilibrados. Mas que pretendia chamar a atenção para o facto de existirem algumas rubricas do lado da receita a quarenta e dois por cento de execução, enquanto do lado da despesa existiam rubricas nos noventa por cento. Realçou o facto de ser um alerta e não uma crítica. Acrescentou ter verificado existir uma diminuição da dívida, mas continuar o desequilíbrio orçamental, e disse "(...) chamo a atenção que a dívida desde março, para



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

maio e para agosto tem aumentado (...)". -----

----- Dirigindo-se ao membro Augusto Guégués, disse " (...) os juros não baixam só pelo BCE e pelo petróleo, os juros baixam também, quando um governo dá credibilidade a um país (...)". Seguidamente deu o exemplo da Grécia, onde à sensivelmente dois anos atrás, segundo disse, os juros tinham atingido os cinquenta e um por cento. -----

----- Frisou "(...) as taxas de juro diminuem, quando, à necessidade de aumentar o investimento (...)". -----

----- **O membro Júlio Prates** cumprimentou todos os presentes e perguntou ao chefe de divisão " (...) se o facto de não respeitarmos os prazos da DGAL, da CCDRA e da ANMP, no que consta às taxas e impostos que iremos votar a seguir (...), afeta os futuros empréstimos que a Câmara possa vir a fazer (...)". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu ao membro Paulo Ferreira "(...) quando falou que algumas receitas estavam na casa dos quarenta por cento, (...) devia estar a falar dum caso particular, (...) as "outras receitas correntes", que em termos financeiros é pouco significativa. (...) a outra "os rendimentos de propriedade", essa é que é mais significativa, aqui só ocorre por uma questão pontual. Ou seja, é uma receita que não tem um comportamento corrente ao longo do ano, só tem evolução trimestral para o município, e são essencialmente as vendas de concessão da EDP e das Águas do Centro Alentejo (...). Quando chegar ao final do mês de setembro ela fica corrigida". - Em relação à execução de uma despesa estar nos noventa por cento, disse que possivelmente se estava a referir a uma despesa pouco significativa, "outras despesas correntes", cujo valor era de sensivelmente oito mil euros, e que tinha um cariz pontual. No que respeita à dívida ter aumentado a curto prazo (março a agosto) tinha que ver com questões do acordo de regularização da dívida. -----

----- Disse ao membro Júlio Prates, " (...) o facto de a Câmara não respeitar um parecer da DGAL, ou tutela ou da Associação Nacional dos Municípios (...) em relação à fixação da taxa de IMI (...), eu julgo que nos empréstimos não terá influência direta (...). Tem sim reflexo, na dissolução dos órgãos, câmara e assembleia que o deliberarem. Isto não é a minha informação, é o parecer destas diversas entidades (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente ao plano estratégico, mais concretamente ao Portugal 2020, disse " (...) o que me importa a mim, é aquilo que faz falta às pessoas. Estradas boas (...), bons acessos, zonas industriais boas (...) a bons preços, de forma a conseguir-se investimento, fixação, e depois tudo o resto, falamos em eficiência energética (...) e aqui falamos a nível de comunidade intermunicipal, que contém todos os catorze concelhos que fazem parte da Comunidade". -----

- Acrescentou " (...) um outro programa que nos incomoda é o que tem que ver com as águas, nomeadamente as águas em baixa, (...) onde as câmaras gastam fortunas, e onde este tipo de investimento é muito caro. Se houver a possibilidade de se fazer projetos comuns através da



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

comunidade intermunicipal, com certeza que irão ter mais impacto e mais possibilidade de concretização". -----

----- Salientou que " (...) o mais importante para a fixação de pessoas é dar-se condições para que possam investir (...). Borba a nível de zonas industriais tem muito pouco (...)". Explicou que pretendem alterar a planta da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos, e ao mesmo tempo aproveitar toda a estrada do Barro Branco, para instalarem naquela zona todas as indústrias. -----

----- Informou o membro Ângelo de Sá, que os projetos que tinham sido entregues na CIMAC e aprovados, não era a construção de obras novas, mas previam sim, a instalação de equipamentos, naqueles lugares. -----

----- Realçou, a vontade e necessidade, do arranjar todas as estradas (Barro Branco, São Domingos etc), acrescentando de seguida, que de momento não era possível, fazer aquelas obras. Explicou, que presentemente só poderiam ter comparticipação do Estado, na ligação da variante às estradas que dão acesso à EDC-Mármore. Adiantou que o projeto estava feito e logo que tenham oportunidade avançarão com ele. Esta obra irá servir todas as pessoas do Barro Branco, Rio de Moinhos que trabalham para os lados de Vila Viçosa (...)". -----

----- Relativamente à reunião com o Alto Comissariado para as Migrações informou " (...) Borba tem uma comunidade cigana que em 2008/2009 era noventa e duas pessoas, de acordo com os documentos existentes (...), mas neste momento são cento e cinquenta pessoas (número apurado através de recenseamento efetuado recentemente) ". Explicou que tinha reunido com o Alto Comissariado para as Migrações, com o intuito de resolver a situação da comunidade de etnia cigana, que ocupava as casas junto à Ecopista. Adiantou terem encaminhado para o Instituto de Reabilitação Urbana, no sentido de solucionarem o problema. -----

----- Terminou a sua intervenção realçando "(...) reconheço em toda a oposição muita capacidade, muito valor, mas com o devido respeito entendam que aqui ninguém anda a dormir, e tudo o que podemos fazer em prol do concelho, independentemente de que quem seja a ideia, (...) eu direi vamos avançar com esta ideia que é importante para o concelho de Borba". Afirmou "(...) o balanço que faço em termos de funcionamento, nestes dois anos de mandato é positivo (...)". -----

----- O membro Ângelo de Sá esclareceu " (...) nós (partido socialista) somos daqueles que quando existem projetos, seja de que de natureza for, não é porque não são da nossa autoria, que não os realizamos. O partido socialista durante doze anos que esteve no poder fez tudo o que era projetos que vinham dos anteriores executivos, contrariamente àquilo que se está a passar (...)". Tendo seguidamente dado como exemplo o facto de existir na Câmara Municipal de Borba um projeto para as casas de banho a construir na igreja de Nossa Senhora da Vitória que não tapava a igreja. -----

----- Disse ao senhor presidente que existem Instrumentos de Planeamento, " (...) quando o PS chegou à câmara, existia um Instrumento de Planeamento, deixado pela CDU, que previa uma Zona Industrial no Alto dos Bacelos, e bem, em minha opinião (...). Na última revisão do Plano Diretor

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

Municipal, foi prevista (...), uma área de logística para os mármorez (...), na altura estava previsto que houvesse aqui um terminal de TGV". Realçou o facto de sempre ter existido articulação com as câmaras vizinhas. -----

----- Relativamente às pessoas de etnia cigana, referiu "(...) é preciso ter muito cuidado, porque essas pessoas estão a ser "postas a andar", passo o termo doutros concelhos (...)". -----

----- **O membro Françoise Emery** no âmbito do Programa Portugal 2020, mais concretamente em termos do investimento ir ser feito em articulação com as autarquias vizinhas, perguntou se estava previsto algum projeto a nível da mobilidade, transporte das pessoas de umas autarquias para as outras, pois existem pessoas, segundo disse, que não têm transporte para se deslocarem, e disse "(...) é bom ter estradas, mas é bom ter como usá-las (...)". -----

----- No mesmo âmbito, relativamente ao investimento para a cultura, perguntou se existia algum projeto conjunto que fomentasse a união entre as pessoas das distintas autarquias, bem como, se existia algum projeto direcionado "(...) para a cabeça das pessoas de Borba (...)". -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** disse que concordava com o senhor presidente e que achava muito bem que procurasse resolver os problemas do dia-a-dia dos borbenses, disse "(...) nunca coloquei isso em questão (...)". -----

----- Realçou "(...) senhor presidente não desista, não se abstenha de planear o futuro deste concelho, porque de facto é isso que pode fazer a diferença, e é para isso que estamos aqui hoje, todos reunidos num sábado de manhã. Porque, apostar estrategicamente no turismo, como ouvi há pouco, é um bocado mais do que abrir um posto de turismo, e do que promover um técnico superior. Portanto, isso é resolver o problema do dia-a-dia. Planear o futuro, desenvolver o concelho, inscrever a cidade de Borba no mapa português de uma vez por todas, é fazer algo mais. E aí a ambição, o não se abster de encontrar novas soluções ao nível do PAEL, seja através de empréstimo, seja através daquilo que for, os munícipes deste concelho precisam, que o senhor presidente seja ambicioso, e que procure sempre a cada momento, resolver os problemas deste concelho." -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao membro Françoise Emery, "(...) nós temos uma agenda da cultura mais ou menos equilibrada. (...) já reeditamos livros e tencionamos reeditar mais alguns, de escritores de Borba. (...) tentar retratar Borba como ela foi. Este aspeto é muito relativo, porque o que a câmara poderá oferecer a nível de cultura, pode agradar a uns e a outros não. Neste momento existe uma oferta cultural em Borba". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** perguntou ao chefe de divisão, "(...) se a redução da dívida em dois milhões de euros, resulta de uma opção, ou de uma obrigação, porque é diferente, nós estarmos aqui a dizer que já reduzimos a dívida em dois milhões, ou dizer (...) já fomos, obrigados, a reduzir a dívida em dois milhões (...). As condições que foram criadas a este município obrigam a que a principal atividade seja focada para a redução da dívida. Isto, porque ultrapassava todos os limites legais de dívida, e porque tem um Plano de Ajustamento Financeiro que obriga a que determinados



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

montantes sejam pagos em determinado tempo. Os dois milhões de euros de redução da dívida resultam de uma obrigação de redução. Com a receita que se vai arrecadando vai-se pagando tudo o que esta contratualizado já como dívida, e tem prazos para se pagar". -----

----- Acrescentou " (...) não existe aqui, uma vontade estritamente política de estar a massacrar os borbenses com taxas máximas para reduzir a dívida. Esta redução de dívida resulta de uma imposição legal, trazida pelo PAEL (...), Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, que nos obriga a ter estes procedimentos". Explicou que mesmo que este executivo tivesse querido ter outro tipo de atitude não era possível, perante este cenário. -----

----- Adiantou " (...) a dívida do município enquanto existir está amarrada a um Plano de Ajustamento Financeiro, e esse Plano de Ajustamento Financeiro é que nos está a dizer que os nossos orçamentos têm de ser de oito milhões de euros, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Afirmou que a câmara passa por dificuldades orçamentais e por dificuldades de tesouraria. -----

----- Frisou ser importante, logo que haja condições para fazer a renegociação da dívida do PAEL, é obrigação do município proceder a essa renegociação. Acrescentou " (...) o que levou a CDU a votar contra o PAEL na altura, não era a questão económica, nem a questão financeira, foi a alienação que estava agarrada ao PAEL da nossa capacidade política de decisão, e é isso que é urgente resgatar. A capacidade de decisão dos políticos de Borba tem de ser resgatada. Nós não podemos ter orçamentos acima dos oito milhões, nós não podemos utilizar os saldos onde nós queremos, tem de ser obrigatoriamente onde nos mandam, (...) e temos de submeter o nosso orçamento à DGAL previamente para aprovação. Só podemos trabalhar com o orçamento que a DGAL nos autoriza (...)". -----

----- Relativamente ao Quadro Comunitário de Apoio e Estratégias, informou que existe uma parte deste quadro de apoio que é contratualizado com a CIMAC. Os projetos do município de Borba estão englobados nesta contratualização com a CIMAC. No entanto o município de Borba, está atento a todos os outros projetos e programas do Quadro Comunitário de Apoio e Estratégias, dentro daquilo que são as possibilidades de investimento do município, e dentro daquilo que são os regulamentos desses próprios programas, saber onde é que os municípios podem ir buscar alguns apoios. -----

----- Esclareceu que este Quadro Comunitário está mais virado para os privados e para parcerias, do que propriamente para investimento direto das autarquias. -----

----- No que respeita à Cultura, neste quadro comunitário disse "(...) está a ser pensado um programa cultural vasto a nível do distrito, na sequência de um que houve, o programa TEIAS (...), mas este mais abrangente e com mais programas (...). Borba está nesse programa desde o início (...), e vamos procurar contribuir com propostas. É um programa que visa o desenvolvimento dos agentes locais da cultural". -----

----- Relativamente ao Turismo, disse que " (...) o caminho faz-se caminhando (...)". Salientando que uma das estratégias que passa pelo turismo é a captação de eventos. Seguidamente enunciou



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

alguns desses eventos (Festa da Malha e o Portsugar). Esclareceu que estes eventos permitiram uma dinâmica diferente na restauração do concelho, permitiu, levar mais longe o nome de Borba. -----

----- Informou que estavam a elaborar um Plano Turístico para o concelho de Borba. -----

----- **O membro João Pedro** salientou a importância do planeamento na vila de Borba e do seu concelho. -----

----- Relativamente aos investimentos no âmbito do Portugal 2020, e da possibilidade da Câmara de Borba, aproveitar esses investimentos, disse " (...) os investimentos estão mais virados para o setor privado (...). A Câmara não poderá fazer muita conta com aquilo que são as verbas destinadas ao investimento público no âmbito do Portugal 2020". -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** disse " (...) este programa do Portugal 2020, (...) tem uma lógica diferente dos anteriores, também derivado à própria situação do país, de facto, é preciso criar riqueza, desenvolver e criar emprego, toda a gente tem consciência disso (...)". -----

----- Seguidamente fez alusão a um dos mecanismos importantes existentes no Portugal 2020; "Recuperação dos Centros Históricos". Disse que estava previsto "(...) dinheiro, investimento considerável ao nível da recuperação de Património e de imóveis, através da criação de áreas de reabilitação urbana (...)". Afirmou que era possível executar obra no âmbito do Portugal 2020, "(...) quando se quer fazer, quando se quer procurar soluções e quando se quer desenvolver, (...) existem portas abertas para os municípios (...)". Acrescentou " (...) não se podem fechar portas (...)", para explicar o que pretendia dizer utilizou o exemplo do que se havia passado com o PROVERE, em que segundo disse se fecharam portas ao investimento, "(...) quando nós dizemos: nós não queremos o PROVERE, aí sim, estamos a fechar portas ao investimento". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu que estava tudo previsto no que respeita à Recuperação dos Centros Históricos. Segundo a CIMAC, Borba só poderá avançar com o projeto, quando as vilas avançarem, embora seja cidade, tem o mesmo tratamento que as vilas. Primeiramente, avançarão as cidades como Évora, Estremoz, Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Reguengos de Monsaraz, "que são os centros decisivos". -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2015

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à discussão. -----

----- **O membro Júlio Prates** pediu a correção de alguns erros ortográficos, existentes na ata, e enunciou-os de seguida. -----

----- **O membro João Pedro** disse " (...) eu sugeria que depois fosse entregue por parte do Júlio Prates, essas correções, porque efetivamente podem alterar o sentido das frases". -----

----- Seguidamente pediu que fossem feitas umas correções na página dez. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- O presidente da Assembleia Municipal após efetuadas, as correções, colocou a ata a votação, tendo a mesma, sido aprovada com treze votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD, CDU). -----
No momento da votação estava ausente da sala o membro Françoise Emery da CDU.-----
- De acordo com o nº.3 do artigo 34º do Decreto-Lei nº.4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Pedro Manuel Alpalhão Bilro (MuB); Célia Maria Matos Alpalhão (MuB); Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho (PSD); Luís Miguel Generoso Baltazar (PS) e Celso Miguel Lopes Ramalho (PS). -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de Aprovação de Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Borba.

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----
----- O membro Rui Franco cumprimentou todos os presentes e disse "(...) este regulamento é extremamente importante, porque está associado à comodidade ou incomodidade resultante de algumas atividades, nomeadamente de cafés, restaurantes (...). Estas atividades produzem ruídos diretos e indiretos e podem provocar problemas complexos no meio envolvente mais próximo".-----
----- Seguidamente disse ter duas sugestões a fazer "(...) no artigo 5.º (...) Horário de Funcionamento - «Todos os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços (...)» eu propunha a seguinte alteração, acrescentar «(...)», não suscetíveis de criar incomodidade na envolvente do mesmo (...)». -----
Continuou "(...) reparei que havia uma gralha nas alíneas a) e b) do nº.2 do artigo 6º, quando faz referência ao (...) nº.4, não é nº.4, é nº.3". -----
----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dezoito votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU). No momento da votação estava ausente da sala o membro Françoise Emery (CDU). -----
----- Ficou acordado, que se deveria proceder à correção das duas gralhas identificadas, antes de ir para publicação no Diário da República. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2016

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----
----- O membro Celso Ramalho disse que os eleitos do PS se iam abster naquele ponto, por considerarem segundo disse "(...) que tem havido alguma margem pelo excesso de receita nomeadamente da Derrama, IMI e da taxa variável do IRS, pensamos que o esforço dos munícipes poderia ser menor (...)". -----
----- O membro João Pedro disse "(...) vou votar contra, na sequência das votações que temos feito ao longo destes anos. Sabemos que o município está obrigado a ter que impor estas taxas, mas

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

por uma questão de princípio, por uma questão política, e tendo alguma coerência com aquilo que tem sido a posição da CDU nestes últimos anos, voto contra este ponto". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou se o executivo não tinha nada a dizer à Assembleia sobre a Proposta apresentada pela Câmara. -----

----- **O membro Augusto Guégués** questionou se aquele ponto e os seguintes (3.5; 3.6; 3.7), eram votados em conjunto ou separadamente. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** respondeu que os pontos eram discutidos e votados separadamente. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) fizemos todos os esforço possíveis para conseguirmos reduzir as taxas máximas aplicadas no município de Borba, mas não é possível baixar as taxas máximas, enquanto estivermos (...) no PAEL. A Câmara é obrigada em termos legais, a apresentar as propostas com as taxas máximas". -----

----- Continuou "(...) falei com a DGAL e com a Associação Nacional dos Municípios, no sentido de encontrar uma forma de baixar as taxas, mas as respostas foram unânimes, não pode baixar as taxas". Acrescentou "(...), assim como também não pode ser aplicada a redução na taxa do IMI referida no nº. 13, do artigo 112º. do CIMI – medida de Apoio às Famílias, uma vez que somos obrigados a fixar as taxas máximas durante a vigência do Plano de Ajustamento Financeiro". -----

----- Salientou, que " (...) nenhuma proposta é apresentada em reunião de Câmara, sem antes ser bem discutida. Quando o vereador Nelson apresentou a proposta de se baixar a taxa do IMI de acordo com o nº.13 do artigo 112º do CIMI, pensei que seria mais uma tentativa para conseguirmos baixar as taxas". -----

----- **O membro Augusto Guégués** disse perceber os pareceres emitidos pelas instituições antes referidas (DGAL, Associação Nacional dos Municípios), pois os pareceres emitidos basearam-se no que estava legislado. Seguidamente acrescentou "(...) o que se verifica é que há concelhos que (...) foram ousados, levaram à Assembleia e a Assembleia deliberou que efetivamente essas taxas deviam ser reduzidas (...)". -----

Continuou, afirmando não conseguir perceber por que razão a portaria do IMI que fala na medida de Apoio às Famílias, uma bonificação, devidamente legislada, não pode ser aplicada. -----

----- Afirmou congratular-se com a posição da Câmara, no sentido de, libertar-se do PAEL, logo que seja possível. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que a autonomia das autarquias em questão de gestão era muito reduzida, e que a autonomia nas autarquias que estavam no PAEL era quase nula.-- Terminou a sua intervenção referindo " (...) esperamos que o sacrifício feito por todos os borbenses, por culpa de alguém, que já cá não está, valha a pena (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse querer lembrar que " (...) a candidatura ao PAEL foi uma imposição do governo de então, face à dívida existente. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

il

Prosseguiu "(...) a candidatura ao PAEL foi feita com base em estimativas, (...). O contrato que está assinado diz que (...) temos de cumprir às taxas máximas. Mas esse contrato foi feito com base em estimativas, logo a estimativa não dizia com certeza que a Derrama ia passar de 30.000€ (trinta mil euros) em dois mil e treze, para 46.000€ (quarenta e seis mil euros) em dois mil e catorze. (...)”-----

----- Disse estar a questão relacionada com o facto de a estimativa ter sido feita com base na receita e não no valor máximo. Continuou "(...) a estimativa foi feita com base na receita, como a receita era mais baixa, com certeza que tem que haver soluções".-----

----- Prosseguiu " (...) eu até acredito que o senhor presidente se tenha esforçado para reduzir as taxas, mas muitas vezes é necessário saber bater o pé (...). Vamo-nos abster, mas os eleitos do partido socialista, entendem que existiam outras possibilidades para baixar a Derrama".-----

----- O membro **Júlio Prates** disse "(...) o legado que o atual executivo recebeu do anterior executivo, é um legado pesado, que está a prejudicar as pessoas. Nós sempre colocamos as pessoas em primeiro lugar, mas o certo é que tem de ser assim, porque recebemos os pareceres e todos os pareceres convergem e dizem que as taxas não podem ser alteradas".-----

----- Referiu que esta situação além de continuar a empobrecer as pessoas do concelho contribui para a desertificação do mesmo.-----

----- O membro **Paulo Ferreira** referiu que perante esta situação o PSD vai votar a favor, porque não há outra alternativa. Continuou " (...) o PAEL aparece porque alguém geriu mal a câmara. Digam-me a mim, se antes do PAEL as taxas aplicadas na Câmara de Borba, eram ou não eram as máximas? (...) em democracia as pessoas que são eleitas, devem governar segundo os seus princípios, logo esta situação (PAEL) deve ser eliminada, o quanto antes, para que as pessoas que são eleitas possam trabalhar com autonomia".-----

----- O membro **Luís Baltazar** frisou que o membro Paulo Ferreira tinha ignorado o aumento de receita proveniente da reavaliação dos prédios, no que respeita ao IMI. Anuiu que de facto as taxas anteriormente aplicadas eram as taxas máximas. Reiterou "(...) a questão que aqui está, é o valor da receita, que é o dobro".-----

----- O membro **Paulo Ferreira** repetiu "(...) eram ou não eram as taxas máximas! Sem a isso estarmos obrigados?".-----

----- O membro **João Pedro** disse " (...) ficou aqui bem claro que estamos a falar da Derrama, e efetivamente antes do PAEL, a Derrama tinha a taxa máxima".-----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu ao membro Paulo Ferreira que no anterior executivo as taxas aplicadas, eram as máximas.-----

----- Reiterou "(...) estas taxas podiam ser reduzidas (...)".-----

----- O **presidente da Câmara Municipal** mencionou que a proposta apresentada contemplava o que era possível fazer relativamente à Derrama. Continuou " (...) estamos a trabalhar na Tabela de Taxas e Licenças, no sentido de aliviar um pouco a vida das pessoas. Corrigimos as rendas do



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

mercado, o que beneficiou algumas pessoas. Estas pequenas coisas foram feitas, porque não colocam em causa o Plano de Ajustamento Financeiro e permite-nos reduzir algumas taxas e tarifa----

----- **O vereador Joaquim Serra** afirmou que “existem impedimentos legais”, e quem quer cumprir a lei, tem de obedecer a estas regras. Continuou “(...) seguindo o pensamento do membro Ângelo de Sá, tal como não estava previsto na candidatura do PAEL, o valor enunciado relativamente à receita da Derrama, estavam previstas outras receitas que tinham uma previsão de crescimento que não se verificou. (...) Ou seja, se umas que estavam previstas crescer não estão a corresponder, têm de ser as outras a compensar”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse que “(...) em vez de se beneficiar dois ou três agora, e quatro ou cinco mais logo (...) uma decisão que poderia beneficiar todos os borbenses, era a redução das tarifas da água e dos resíduos sólidos (...)”. -----

----- **O membro Augusto Guégués** salientou que o município de Borba tinha ganho muito dinheiro em juros com a assinatura do PAEL, e frisou ter sido o PAEL “(...) perante a conjuntura que se vivia na altura uma medida de gestão (...)”. Acrescentou o PS assumiu “ (...) logo na altura, que aquilo era um colete-de-forças, mas não somos conformados com isso, (...) desde a primeira hora, logo após, começamos a protestar, a contestar as condições que o PAEL exigia (...)”. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor (eleitos do MuB e PSD), cinco abstenções (eleitos do PS) e um voto contra (eleito da CDU). -----

No momento da votação estava ausente da sala o membro Françoise Emery (CDU). -----

Os eleitos do Partido Socialista apresentaram e leram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 7**) e seguidamente se transcreve: -----

- Declaração de Voto -----

-Lançamento de Derrama para o ano de 2016 -----

Passados dois anos de gestão da atual maioria, nada justifica que o argumento utilizado para não acabar ou modificar a percentagem da taxa a aplicar continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL. -----

Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas da derrama. -----

Outros municípios têm utilizado as mais variadas formas de ultrapassar as regras que o PAEL aconselha, o que não foi feito pelo Município de Borba. -----

Temos verificado que a atual maioria tem manifestado preocupação em baixar receitas que só favorecem alguns e não a globalidade dos habitantes do concelho, não estando preocupados com a diminuição de receitas de acordo com o PAEL. -----

Neste momento de crise que afeta toda a Europa e o nosso país em particular e o nosso concelho, está na hora de dar condições mais favoráveis às empresas existentes e até mesmo incentivar outras



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

il

a instalaram-se o que certamente se refletiria na criação de emprego. -----

A maioria do executivo CDU/MuB nenhum esforço faz no sentido de baixar os impostos agarrando-se ao PAEL e pareceres dos órgãos da tutela ou por eles controlados para justificar o injustificável. Os eleitos do PS lembram que o Município recebeu de derrama: -----

- 2012 – 33.203,90€ -----

- 2013 – 29.677,11€ -----

- 2014 – 46.869,25€ -----

- Os eleitos do PS vão abster-se dado que não podem concordar com a aplicação deste valor da derrama por considerarem que existe formas de isentar total e parcialmente as empresas já por si com grandes dificuldades económicas. Além disso, entendemos que o recurso a outras soluções, nomeadamente empréstimo bancário, com taxas de juro francamente inferiores às do PAEL, acaba definitivamente com as desculpas de mau pagador e amplamente propagadas pela coligação CDU/MuB. -----

Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro-ministro; -----

- Presidente da CCDRA; -----

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----

- Inspeção-geral das Finanças; -----

- Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

- Órgãos de Comunicação Social; -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre

Imóveis para o ano de 2016 -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

----- O membro Celso Ramalho referiu que o valor da taxa a pagar do IMI, era um valor “injusto”, porque os preços tinham subido muito com a reavaliação dos prédios, atingindo em certos casos, subidas na ordem dos cem por cento. -----

----- O membro Ângelo de Sá disse “(...) que fique claro que não foi o município de Borba, que decidiu, quais eram os rácios que iam incidir sobre terminado tipo de habitações, em determinados concelhos. (...) é aquilo que eu venho dizendo há uma série de anos, os municípios são para acabar (...). Isto é um ataque ao poder local, pelos sucessivos partidos que têm passado pelo governo (...)”.

----- O vereador Nelson Sousa explicou o que se tinha passado relativamente às propostas apresentadas em reunião de Câmara sobre o IMI Familiar. “ (...) em reunião de Câmara de doze de agosto ficou acordado pedir um parecer jurídico à DGAL, à ANMP e ao gabinete apoio jurídico da autarquia, relativamente à aplicação do IMI Familiar (nº13 do artigo 112º do CIMI) às famílias do concelho de Borba (...)”. Continuou, esses pareceres foram pedidos, mas o assunto foi mal



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

explicado, porque o que se pedia nos pedidos de parecer apresentados era uma redução de IMI, e não o que havia sido combinado em reunião, que era perguntar da possibilidade de se aplicar o IMI Familiar (artigo 112º, nº.13, do CIMI), pois sabemos que a taxa de IMI tem de ser a máxima. ----- Acrescentou " (...) o Presidente não fez esse trabalho (...) estou extremamente desiludido (...)".-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu ao chefe de divisão que lesse o ofício emitido às diferentes entidades a pedir parecer sobre a possibilidade da aplicação do IMI Familiar. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse " (...) assunto: Pedido de parecer sobre a possibilidade de fixação da redução da taxa de IMI, ao abrigo do disposto no nº.13 do artº- 112º. do CIMI". -----

Continuou "A Câmara Municipal de Borba, na sua reunião ordinária pública, de 16 de setembro de 2015, procedeu à discussão e análise da fixação das taxas de IMI, a aplicar no ano de 2016, para efeitos de remessa de proposta à próxima sessão (agendada para dia 26/09/2015) da Assembleia Municipal de Borba, conforme minuta de deliberação em anexo". -----

Continuou "Durante a discussão e análise do referido ponto, na Câmara Municipal, foi proposto por um dos Vereadores da Câmara Municipal, a fixação da redução da taxa de IMI, ao abrigo do disposto no nº. 13, do artº 112º do CIMI, tendo a referida proposta sido aprovada por maioria (se até à data da realização da próxima sessão da Assembleia Municipal houver parecer legal favorável à sua aplicação). -----

Assim, solicito o vosso parecer relativamente à seguinte questão: -----

Pode o Município de Borba fixar a redução da taxa de IMI, ao abrigo do disposto no nº. 13, do Art.º 112 do CIMI. -----

Para qualquer esclarecimento adicional encontramos-nos ao inteiro dispor. -----

Com os melhores cumprimentos" -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) a pergunta feita neste ofício é uma pergunta objetiva, como podem comprovar. O interesse deste executivo é tratar bem as pessoas de Borba e permitir que elas se possam desenvolver (...)". -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor (eleitos do MuB e PSD), cinco abstenções (eleitos do PS) e um voto contra (eleito da CDU). -----

- No momento da votação estava ausente da sala o membro Françoise Emery (CDU). -----

- Os eleitos do Partido Socialista apresentaram e leram declaração de voto, (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº. 8**), e seguidamente se transcreve. -----

Declaração de Voto -----

Fixação taxa de IMI para o ano 2016 -----

Passados dois anos de gestão da atual maioria, nada justifica que o argumento utilizado para não baixar as taxas do IMI continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas de IMI por via da reavaliação patrimonial dos imóveis. -----

Como é sabido, outros municípios (Fundão, e Ansião – PSD, Mourão e Ourique – PS) têm utilizado as mais variadas formas de ultrapassar as regras que o PAEL aconselha, o que não foi feito pelo Município de Borba. -----

A população tem sofrido muito, desde há 4 anos. Este governo arrasou com tudo. Como tal deveria ser o Município de Borba a atenuar a austeridade que tem recaído sobre ela, devendo para tal reduzir a percentagem do IMI. -----

Os eleitos do PS recordam que o Município recebeu o seguinte, relativamente ao IMI; -----

2012 – 366.623,49€ -----

2013 – 515.173,69€ -----

2014 – 709.594,53€ -----

Os eleitos do PS não podem corroborar com a proposta do executivo. Uma proposta devastadora, que ignora por completo a quase duplicação da receita em dois anos e espera-se, que em 2015 atinja valor recorde. Este IMI penaliza as famílias, esmaga os cidadãos, empobrece os munícipes. Iremos, porque nunca seremos uma força de bloqueio, abster-nos. Ainda assim, entendemos que o recurso a outras soluções, designadamente empréstimo bancário, com taxas de juro francamente inferiores ao PAEL, acaba definitivamente com as desculpas de mau pagador e amplamente propagadas pela coligação CDU/MuB. Claro, que não poderíamos olvidar merecidos reparos. -----

O MuB concorreu a estas eleições com uma expectativa criada nas pessoas. E defraudou-a desde a primeira hora. Recordo, aos mais distraídos que num dos documentos que num dos documentos que apresentaram em 2013, intitulado “Justiça Social”, o MuB afirmava, “até que a voz nos doa gritaremos bem alto que as pessoas são e serão sempre a nossa prioridade das prioridades”. Após dois anos, é caso para perguntar, onde paira essa prioridade? Alguém neste concelho viu alguma consequência disto? Bom, nós ainda não vimos ninguém ficar roco ou de voz embargada dos gritos. Aliás, a verdade, é que ficámos todos, sobretudo os mais desfavorecidos à mercê deste governo, sem ninguém que nos defendesse. -----

No PS nós assumimos todas as nossas responsabilidades. Todas! Mas nunca aquelas que nos querem imputar à força. Pois está à altura do senhor Presidente começar a assumir as suas e deixar de lado o tacticismo e o enredo que montou à volta do PAEL. Se fosse apenas para cumprir recomendações e pareceres, tínhamos técnicos e não políticos. Nem era preciso eleições. Mas se muitos outros presidentes conseguiram fazê-lo é a prova inquestionável que o senhor fracassou. -----

O senhor tomou o caminho de pagar dívidas de forma desenfreada, como se a autarquia fosse uma empresa. Alguém um dia disse - está nos livros – as dívidas gerem-se, mas há que saber geri-las. As Câmaras não morrem, ao contrário dos particulares que se não saldarem as suas dívidas transitam



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

para os herdeiros. -----

Ora abdicar do investimento, abdicar de uma estratégia de desenvolvimento em detrimento da dívida é uma opção que o senhor tomou. O que o senhor Presidente vai ter de dizer a todos os munícipes, sobretudo nesta altura em que vivem asfixiados com cortes de salários, pensões e com a degradação das condições de vida, por que razão, o Presidente que deveria ser de todos os borbenses deixou, por iniciativa própria, de lutar por eles. -----

- Esta declaração deve ser enviada para: -----

- Primeiro-ministro; -----

- Presidente da CCDRA; -----

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----

- Inspeção-geral das Finanças; -----

- Associação Nacional Municípios Portugueses; -----

- Órgãos de Comunicação Social; -----

- Os eleitos do PS -----

- Os eleitos do PSD apresentaram e leram uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº9**). -----

- Declaração de Voto -----

Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2016 -----

Entendemos votar favoravelmente a aplicação das Taxas Máximas de IMI para o 2016 unicamente pelo facto de tal resultar do compromisso assumido pelo município de Borba aquando da candidatura ao PAEL, fruto de uma gestão irresponsável dos partidos que têm governado a Câmara de Borba. -----

De resto, no Programa Eleitoral que apresentámos aos Borbenses, não constava qualquer promessa eleitoral de redução dos impostos cobrados diretamente pelo Município, uma vez que, se assim acontecesse, estaríamos a enganar deliberadamente os eleitores, porque todas as forças políticas eram conhecedoras deste compromisso assumido no Programa de Ajustamento Financeiro entregue junto à candidatura ao PAEL. -----

Sempre fomos favoráveis à aplicação das taxas mínimas de IMI no nosso concelho, sobretudo numa fase em que se tem procedido à atualização dos valores patrimoniais dos prédios. No entanto, uma vez assumido este compromisso, cremos que deve ser honrado, daí o nosso voto favorável. -----

Borba, 27 de setembro de 2015 -----

Os deputados do PSD "-----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2016 -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

Não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

com doze votos a favor (eleitos do MuB e PSD), cinco abstenções (eleitos do PS) e um voto contra (CDU). -----

No momento da votação estava ausente da sala o membro Francoise Emery (CDU). -----

Os eleitos do partido socialista apresentaram e leram uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº.10**), e seguidamente se transcreve. -----

- Declaração de Voto -----

Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2016 -----

Passados dois anos de gestão da atual, nada justifica que o argumento utilizado para não baixar a percentagem da participação variável do IRS continue a ser o facto do Município de Borba ter aderido ao PAEL. -----

Aliás, os pressupostos e previsões em que assentou a candidatura imposta pelo Governo de então já caíram por terra, veja-se o exemplo da evolução das receitas do calor recebido sobre esta participação variável do IRS. -----

Outros municípios têm utilizado as mais variadas formas de ultrapassar as regras que o PAEL aconselha, o que não foi feito pelo Município de Borba. -----

Temos verificado que a atual maioria tem manifestado preocupação em baixar receitas que só favorecem alguns e não a globalidade dos habitantes do concelho, não estando aí preocupados com a diminuição de receitas de acordo com o PAEL. -----

A população tem sofrido a austeridade e os cortes impostos por este governo, como tal deveria ser o Município de Borba a atenuar a austeridade que tem recaído sobre ela, devendo para tal reduzir a percentagem da participação variável do IRS que entraria diretamente como receita dos contribuintes do nosso concelho. -----

A maioria do executivo CDU/MuB pretende fazer política ao manter o valor máximo e vitimizandose com a existência do PAEL. -----

Os eleitos do PS lembram que o Município recebeu da participação variável do IRS: -----

- 2012 – 114.076,00€; -----

- 2013 – 113.197,00€; -----

- 2014 – 172.193,00€; -----

Os eleitos do PS abstêm-se por considerarem que é possível reduzir o valor e beneficiar a população carregada de impostos a todos os níveis. Além disso, entendemos que o recurso a outras soluções, nomeadamente empréstimos bancários, com taxas de juro francamente inferiores ao PAEL, acaba definitivamente com as desculpas de mau pagador e amplamente propagandas pela coligação CDU/MuB. -----

Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro-ministro; -----

- Presidente da CCDRA; -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----
- Inspeção-geral das Finanças; -----
- Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- Órgãos de Comunicação Social; -----
- Os eleitos do PS -----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2016.

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

----- O membro João Pedro disse "(...) a CDU vai votar contra a Aplicação da Taxa de Direitos de Passagem (...), porque entende que devem ser as empresas de comunicação a suportar este custo". Esta é uma declaração de voto do eleito da CDU. -----

----- O membro Ângelo de Sá sugeriu ao senhor presidente da Câmara que " (...) passasse novamente a expor este problema das redes, junto da CIMAC (...)". Continuou "(...) existem no nosso concelho, uma série de redes quer no espaço aéreo, quer no subsolo, em que as empresas têm elevados lucros e nada pagam (...). Embora o nosso voto seja favorável, por ser um valor irrisório (...)". -----

----- O presidente da Câmara Municipal salientou que tanto a CIMI'S, como a CIMAC e Associação Nacional de Municípios, funcionavam bem em termos técnicos, mas quando tocava à política, já não era tanto assim. Disse que, no seu entender, por vezes existem situações que deveriam ser resolvidas de acordo com os interesses de todos os intervenientes. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD), e um voto contra (CDU). -----

No momento da votação estava ausente da sala o membro Francoise Emery (CDU). -----

Os eleitos do Partido Socialista leram e apresentaram uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como o documento nº 11). -----

- Declaração de Voto -----

Fixação Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2016 -----

Esta taxa é bastante polémica e poderia vir a ser alterada a legislação não só para os serviços de comunicação eletrónicas mas também para todas as redes propriedade do município e das quais empresas públicas e/ou privadas se servem para obter lucros elevados. -----

Os eleitos do PS embora reconheçam que deveriam ser as empresas a pagar e não os munícipes. É nosso entendimento que deveria ser o governo a legislar nesse sentido. -----

Como o governo não o faz, dado que o valor é pouco significativo e porque é receita municipal,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

votamos favoravelmente. -----

Esta declaração de voto deve ser enviada para: -----

- Primeiro-ministro; -----

- Presidente da CCDRA; -----

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----

- Inspeção-geral das Finanças; -----

- Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

- Órgãos de Comunicação Social; -----

Os eleitos do PS -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo de Ensino Básico de Borba - Ano Letivo 2015/2016.

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) como esta aquisição de serviços, engloba mais que um ano, de acordo com a alínea c), do nº. 1, do artigo 6, da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº.22/2015 de 17 março, é competência da Assembleia Municipal dar essa autorização". -----

----- O membro Paulo Ferreira disse " (...) relativamente a este ponto questiono diretamente o vereador Serra, sendo o vereador do pelouro que vota contra, portanto é importante saber o porquê? Continuou "(...) não pude estar presente no início do ano letivo, por questões profissionais (...) queria questionar (...) o vereador Serra, que não esteve presente (...) se também, igualmente aos vereadores da oposição, não foi convidado?" Prosseguiu " (...) quem é que convida para o início do ano letivo. (...) Se é a escola diretamente a convidar, eu acho que esta Assembleia, ou a Câmara, deve mostrar um voto de desagrado e protesto por não se convidarem os vereadores da oposição (...). Se é a Câmara que convida, também não lhe fica bem, não convidar a oposição (...)". -----

----- O membro Ângelo de Sá referiu existir sobre aquele ponto um excerto na informação facultada pela Câmara à Assembleia Municipal, que necessitava ver esclarecido. Passando de seguida a citar o mesmo " (...) segundo parágrafo, porém face aos constrangimentos orçamentais para o ano 2015, o procedimento tem em consideração que a faturação e respetivo pagamento irão ocorrer no ano de 2016". Continuou "(...) isto quer dizer que a empresa que está a fornecer as AEC'S (...) só fatura em janeiro? Se é assim! Não entendo mesmo!". -----

----- O presidente da Câmara Municipal relativamente aos convites dos vereadores para a abertura do ano letivo, informou que os convites foram feitos pela escola. -----

----- Seguidamente cedeu a palavra ao vereador Joaquim Serra. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- O vereador Joaquim Serra disse não ter sido convidado por parte da escola, para a abertura do ano letivo. -----

----- Relativamente às AEC'S, disse " (...) saiu uma nova legislação das AEC'S onde vem contemplado claramente, que pode haver protocolos para a realização das AEC'S com outras entidades. Penso que o modelo adaptado ainda no mandato anterior não é o mais correto para desenvolver as atividades. (...) No meu entender havia que esgotar algumas possibilidades". Continuou "(...) a autarquia contrata uma empresa e esta por sua vez contrata o pessoal para dar as AEC'S (...). Nós damos o lucro à empresa e tiramos a quem dá as AEC'S. Ou seja, os formadores das AEC'S, que poderiam ter um rendimento superior, (...) estão a ser explorados por esta empresa, com a conivência do Município. E isso é que eu acho que está mal, porque não foram esgotadas todas as possibilidades. Aquilo que era preciso, era fazer a candidatura na altura, e podia-se ter feito (...), e agora com calma íamos ver como desenvolvíamos as AEC'S. Não foi isso que foi feito, e quando eu fui surpreendido, já havia negociações com essa empresa, nesses moldes, em que é para faturar a partir de janeiro, (...) como eu também não concordei, (...) votei contra na última reunião de Câmara.(...)"-----

----- O presidente da Câmara Municipal informou que se tinham confrontado com prazos apertados, para fazerem a candidatura, e segundo disse, por outro lado, "(...) quisemos dar continuidade ao que vinha de trás (...)". -----

No que respeita à faturação esclareceu " (...) explicámos à empresa que este ano não tínhamos hipótese de em termos orçamentais (...) fazer o cabimento a esta situação. Tivemos uma conversa com a empresa (...), a qual concordou em faturar a despesa só a partir de janeiro de 2016 (...)". -----

----- O membro Ângelo de Sá esclareceu que o anterior executivo, enquanto pode fazer protocolos com um organismo/entidade, sempre o fez. Só mudou quando a legislação também mudou. -----

----- Acrescentou " (...) estou esclarecido relativamente à questão da faturação e que o vereador Serra não concordou com a forma como este assunto foi tratado, (...) estou esclarecido!". -----

----- O membro Maria Gabriela Coelho perguntou, que fica mais barato para o município " (...) este procedimento de contratação (...) através da empresa (...), ou a contratação de professores particularmente?" -----

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu "(...) vou tentar saber os valores praticados (...)". -----

----- O membro Maria Gabriela Coelho disse " (...) eu entendi que era mais fácil, não entendi é se era mais barato (...)". -----

----- O Chefe de divisão António Passinhas disse " (...) o município não pode contratar (...)". -----

----- O membro Maria Gabriela Coelho interrompeu "(...) nesta questão em concreto, penso que sim, uma vez que deriva das competências diretas da Direção Regional da Educação. Penso eu! Há uma exceção na lei para esta questão". -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- **O chefe de divisão António Passinhas** ... continuou "(...) a possibilidade seria, ou o agrupamento de escolas contratar por via da plataforma eletrónica, pessoas habilitadas para lecionar, ou o município, celebrar um protocolo com o agrupamento, em que substitua o agrupamento na contratação, por via de um outro protocolo de colaboração, ou de uma aquisição de prestação de serviços. Eram as duas possibilidades em cima da mesa. Não se optou por ser o agrupamento, porque estavam os professores contratados, e então a Câmara acabou por assumir e proceder à aquisição de prestação de serviços. O valor que nós comparámos é o valor da receita, que vem da DGEST para "comparticipar" a realização das AEC'S e aquilo que o município vai despende. É estimado que o valor que vem a ser recebido das AEC'S, seja superior em três ou quatro mil euros, ou seja, recebemos mais do que aquilo que vamos gastar". -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** disse "(...) eu não perguntei se o saldo final era positivo ou não, eu perguntei se ficava mais barato ao município contratando diretamente os professores ou, contratando a empresa, que por sua vez contrata os professores. Qual é a situação que economicamente fica mais vantajosa? (...)". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** "(...) não está em cima da mesa a possibilidade do município contratar pessoas para lecionar as AEC'S (...)". -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** interrompeu "(...) não é isso, mesmo que fosse através de protocolo com a escola, se essa situação poderia ficar ou não, mais (...)". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** interrompeu "..., não, não!". -----

----- **O vereador Nelson Sousa** disse "(...) penso que existe aqui uma confusão, (...) a escola pode contratar e a Câmara também (...)". Seguidamente exemplificou com o que se tinha passado na Câmara do Alandroal. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) a resposta do vereador Serra foi muito clara. É mais barato fazer um protocolo com uma instituição, do que contratar uma empresa, porque a empresa tem o lucro (...)". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse "(...) relativamente à situação dos não convites (...), é importante para nós Assembleia, chamarmos a atenção para isto, (...) fica-nos bem ressaltar e lembrar esta situação". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com doze votos a favor (eleitos do MuB e do PSD), cinco abstenções (eleitos do PS) e um voto contra (eleito da CDU). -----

- No momento da votação estava ausente da sala o membro Françoise Emery (CDU). -----

- O eleito da CDU (João Pedro Paulo) apresentou uma declaração de voto oral, que seguidamente se transcreve. -----

"Voto contra, porque considero que não ficaram esgotadas todas as possibilidades de encontrar uma solução mais vantajosa, para todas as partes, quer para a Câmara, quer para os formadores das

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

AEC'S, quer para os próprios alunos que usufruem das AEC'S".

- Os eleitos do PS apresentaram uma declaração de voto que se arquiva em pasta anexa (como documento nº12) e seguidamente se transcreve.

- Declaração de Voto

- Aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular.

- Os eleitos do PS entendem que as garantias dos benefícios relativos à opção escolhida para a aquisição de serviços de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo do Ensino Básico, não foram asseguradas pelo Município. A prova da incapacidade do Senhor Presidente em assegurar um serviço mais vantajoso para o Município em termos de custos e qualidade está patente no voto contra do vereador da CDU e membro da coligação que governa a autarquia. A contratação de uma empresa externa que retém grande percentagem das verbas transferidas pela Câmara, implica que os trabalhadores fiquem privados desses recursos. Este é um contrato que deixa muitas dúvidas em relação à estabilidade laboral.

Entendemos que o município deveria ter esgotado todas as possibilidades em cooperação com o Agrupamento de Escolas para que fosse protegida a dignidade dos profissionais que prestam os serviços, mas também que realizasse um estudo exaustivo acerca da opção mais viável em termos financeiros.

Para além disso, subsistem dúvidas quanto aos trâmites legais que enquadram o processo. Por isto, os eleitos do PS irão abster-se.

Esta tomada de posição deve ser enviada para :

- Primeiro-ministro;

- Presidente da CCDRA;

- Direção Geral das Autarquias Locais;

- Inspeção-geral das Finanças;

- Associação Nacional dos Municípios Portugueses;

- Órgãos de Comunicação Social";

O presidente da Assembleia Municipal de acordo com o artigo 31 alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal, perguntou ao plenário se estava ou não de acordo, que a Sessão da Assembleia continuasse. A resposta foi unanime por parte do plenário, relativamente à continuação da Assembleia.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Assunção do Compromisso Plurianual – Prestação de Serviços de Postais a Crédito.

----- O Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela era mais uma situação de assunção de compromisso plurianual, e que todos os presentes possuíam a documentação refere àquele ponto.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) não ter aquela informação, nada a ver com a outra (...)". Prosseguiu, "(...) não diz em lado nenhum que estes serviços (...) vão ser pagos em janeiro (...)". -----

----- O chefe de divisão **António Passinhas** disse que um assunto não tinha que ver um com o outro, o que tinham de comum era o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromisso Plurianual. Seguidamente explicou " (...) relativamente às AEC'S a empresa que vai prestar o serviço (...) inicia o serviço este ano, e só inicia a faturação no mês de janeiro, é exatamente a mesma forma como se fosse uma empreitada (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) estou perfeitamente esclarecido. A pergunta que eu faço é que se houver agora um serviço prestado pelos CTT, se a Câmara só paga em janeiro (...)". -----

----- Acrescentou "(...) só quero dizer que numa informação, está escrito que a faturação só é cobrada em janeiro, apesar do serviço já ter iniciado, e na outra informação não consta essa referência (...). Portanto, não é a mesma coisa (...)". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MuB, CDU, PS, PSD). No momento da votação estava ausente da sala o membro **Françoise Emery** (CDU). O membro **Leonel Infante** (MuB), também estava ausente da sala por se considerar impedido. -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre 2015 - Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo)

----- O membro **Ângelo de Sá** pediu que futuramente os documentos do Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL e o Relatório Financeiro fossem entregues aos membros do partido socialista a cores, para uma melhor perceção dos gráficos. -----

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Apreciação do Relatório Financeiro do 1º Semestre de 2015, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), (Título Informativo)

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que aqueles documentos vinham à Assembleia Municipal a título informativo. -----

----- Seguidamente informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as sete minutas. -----

----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade dos presentes, e ficarão arquivadas em pasta anexa. -----

No momento da votação estavam ausentes da sala os membros **Françoise Emery** (CDU) e **Pedro Manuel Alpalhão Bairo** (MuB). -----

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2015)

a sessão, pelas catorze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e nove páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário

Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário

Célia Maria Matos Alpalhão

